

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Ana Raquel Machado¹ & Maria de Lourdes Bernartt²

1- Ana Raquel Machado – Professora Pedagoga da Rede Pública Estadual em Laranjeiras do Sul - PR. Aluna do Curso de Especialização em PROEJA da UTFPR campus Pato Branco. E-mail: anaraquel@seed.pr.gov.br; 2- Maria de Lourdes Bernartt – Graduação em Letras-Inglês. Mestre e Doutora em educação, pela UNICAMP. Docente do Ensino Superior da UTFPR Campus Pato Branco. Membro do CEPAD – Centro de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Regional. Docente do Curso de Especialização em PROEJA da UTFPR campus Pato Branco. Endereço: Via do Conhecimento, km 1, Pato Branco – PR, CEP 85503390. e-mail: marial@utfpr.edu.br

Resumo - O objetivo desta pesquisa é analisar os possíveis fatores que ocasionam o aumento da demanda por parte de jovens e adultos pela escolarização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tomando como referência o Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos de Laranjeiras do Sul/PR (CEEBJA). A metodologia utilizada na pesquisa envolverá: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo exploratória, análise histórica e documental. Quanto ao problema, fenômeno educacional do aumento das matrículas não pode ser ignorado, uma vez que durante a pesquisa pretendemos levantar a importância da educação de jovens e adultos para a sociedade capitalista. Ao pesquisar esse tema, temos como pretensão levantar qual de fato é o objetivo deste modelo econômico com tantas políticas de incentivo.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos, Políticas Educacionais

IMPORTANCE OF EDUCATION OF YOUNG ADULTS IN SOCIETY AND CAPITALISM

Abstract - The objective of this research is to examine the possible factors that cause the increase in demand by young and adult education in the form of Education Youth and Adults (EJA), by reference to the Center of Basic Education for Youth and Adults of Laranjeiras do Sul / PR (CEEBJA). The methodology used in the research involves: bibliographic research, exploratory field research, historical and documentary analysis. As for the problem, educational phenomenon of increased enrollment can not be ignored, since during the search we want to raise the importance of education for young people and adults to the capitalist society. When you search this topic, we wish to raise which in fact is the purpose of this economic model with so many policies to encourage.

Keywords: adult and youth education, Educational Policy

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos – Laranjeiras do Sul (CEEBJA) tem apresentado um fenômeno que não pode ser desconsiderado: aumento das matrículas. Em sua maioria, os alunos são trabalhadores, e retornam ao que parece, em busca de um certificado de conclusão, para tornar-se melhor qualificado para o mercado de trabalho.

Outro fator a ser considerado em nossa pesquisa, é o incentivo que os que estavam fora da escola têm recebido nos últimos trinta anos; principalmente, através de políticas voltadas a escolarização de jovens e adultos, uma vez que, essa demanda por razões diversas não conseguiu concluir em idade apropriada seus estudos.

O que nos chamou a atenção é o fato de vivermos em uma sociedade capitalista e que, neste modo de

produção não há lugar para todos, mesmo assim, há uma busca incessante dos trabalhadores para se tornarem empregáveis; este é superficialmente um dos motivos que faz tantos jovens e adultos voltarem aos bancos escolares. Neste sentido, é premente saber por que se faz importante a Educação para Jovens e Adultos na sociedade capitalista?

A pesquisa em andamento, tem como objetivo principal, analisar os possíveis fatores que ocasionam o aumento da demanda por parte de jovens e adultos pela escolarização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Durante a realização da pesquisa é necessário considerar as políticas de incentivo que foram realizadas durante a década de 80 aos dias atuais; analisando o impacto destas políticas a nível nacional, estadual e municipal; percebendo qual concepção pedagógica estava presente nos discursos dos governos que se seguiram a partir da década de 80; verificar dados de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, a partir da década de 80; levantando dados acerca do perfil dos alunos do CEEBJA em Laranjeiras do Sul; analisando as causas do retorno Educação de Jovens e Adultos.

A metodologia utilizada na pesquisa envolverá: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo exploratória, análise histórica e documental. Serão utilizados para a coleta de dados questionários (abertos e fechados) para identificar perfil de alunos, visando identificar o principal motivo que leva os jovens e adultos a buscar maior escolaridade ou mesmo um certificado de conclusão de curso na EJA.

E ainda estaremos utilizando para a coleta de dados questionários (professores e funcionários), procurando analisar as seguintes categorias: Educação, Trabalho, Importância da Escolarização de Jovens e Adultos, Concepção de EJA. Considerando também como instrumentos de coleta de dados percentuais de matrículas, Pareceres, Políticas de Incentivo, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 5692/71 e LDBEN 9394/96) e Atas.

Quanto à definição da amostragem se dará no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - Laranjeiras do Sul, na cidade de Laranjeiras do Sul/Paraná, com os Alunos (30 alunos do Ensino Fundamental Fase II, 30 alunos do Ensino Médio e 30 alunos das Ações Pedagógicas Descentralizadas - 15 Ensino Fundamental e 15 Ensino Médio). Professores (10), Coordenadores (1), Equipe Pedagógica (1) e Funcionários (3).

A análise dos dados levantados nos questionários será qualitativa, pretendendo mostrar o perfil dos alunos do CEEBJA de Laranjeiras do Sul, bem como os dados coletados através dos instrumentos dos professores e funcionários. Sendo analisados

dados quantitativos (Documentos, Pareceres, Percentuais de matrículas durante os anos de 1980 a 2008).

2. HISTÓRICO DA EJA EM LARANJEIRAS DO SUL

Em Laranjeiras do Sul, a primeira oferta de Educação para Jovens e Adultos foi no ano de 1985, através do Núcleo Avançado de Estudos Supletivos (NAES) de Guarapuava; a iniciativa se deu pela necessidade de suplência do Ensino Regular.

Ainda no mesmo ano criar-se um Núcleo Avançado de Estudos Supletivos (NAES) em Laranjeiras do Sul, pois, a necessidade de oferta do Ensino Fundamental (Fase I) à aqueles que interromperam ou evadiram-se da escola, é grande, sendo que os trabalhadores nesta época enfrentavam muitas dificuldades em adaptar-se ao horário fixo de uma escola regular, assim surge uma demanda potencial para a criação de uma escola que vem ao encontro de trabalhadores.

Diante disso, a iniciativa em Laranjeiras do Sul entendia que esse nível de ensino exigia uma metodologia própria, pois as especificidades o tornam diferente do Ensino Regular.

Na data de 24/03/1986 (vinte e quatro de março de mil novecentos e oitenta e seis), foi autorizada a implantação da escola pela Resolução nº. 1.167/86. Ao final do mesmo ano haviam 87 alunos matriculados.

É importante saber qual era o contexto estadual e políticas de incentivo para a educação no Estado neste período em que se começa a iniciativa no município de Laranjeiras do Sul. O Governo na época era de Richa (83 a 86) durante seu mandato o contexto educacional apresentou alguns aspectos interessantes como: 56% dos alunos do Paraná freqüentavam a rede estadual; 349 escolas de 1º Grau e 34 de 2º Grau; apesar de algumas escolas serem fechadas crescer em 8,4% o número de alunos; bolsas de estudo foram repassadas para escolas particulares; Gilda Poli era a então Secretária de Estado da Educação; distribuíram-se os Núcleos Regionais em 20 micro-regiões; Fundepar, que já contava com verbas do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e eram cobradas taxas dos alunos com mais de 14 anos.

Se faz importante analisar que, em virtude das políticas implementadas no Estado, no final de 87 a escola já contava com 309 alunos matriculados. Novamente, ressalto a necessidade de atentar para o contexto estadual, em que diante da nova política educacional a ser desenvolvidas a partir de 1987 no governo Dias (87-90); o contexto estadual apresenta a seguinte situação: Retrocesso do poder sindical x greves; Processo de municipalização (custos menores); Criação do Ciclo Básico de Alfabetização

(1988 implantado em 458 escolas); 1986 – último concurso estadual para professores das séries iniciais; Reestruturação do Magistério – 4 anos; e um dado curioso é o crescimento de 220% no número de alunos do supletivo.

Em 1989 em virtude da demanda, foi elaborado um projeto de solicitação de alfabetização sendo aprovado em 1990, o que deu origem a implantação de Estudos correspondentes às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, pelo Parecer Técnico nº. 092/90 do Departamento de Ensino Supletivo.

Novamente o cenário estadual muda e com ele novas políticas surgem. As políticas educacionais do governo Requião (91-94) são expressas pelas seguintes iniciativas: Escola cidadã – Gadotti; Imposição do Regimento único; Continuação da municipalização; Primeiras discussões sobre a sistematização do PPP; Plano Decenal de Educação para Todos; Plano Estadual de Capacitação Docente (IES/Regional).

Assim, no ano de 1993 a nomenclatura NAES (Núcleo Avançado de Estudos Supletivos) passa a se chamar CES (Centro de Estudos Supletivos) pela Resolução nº. 4264/93 os trabalhos voltam à jurisdição do Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, sendo reconhecido pela Resolução nº. 120/95.

No ano de foi reconhecido o Ensino Fundamental pela Resolução nº. 120/95. Devido à exigência pelo Ensino Médio, foi elaborado solicitando-se a implantação deste nível de Ensino. No ano de 1996 foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio através da Resolução nº. 2452/96. Novamente, a demanda de alunos em Laranjeiras do Sul começa a aumentar em virtude de políticas voltadas para a educação de jovens e adultos implantadas no Estado. Assim também se faz necessário pensar nas políticas educacionais que o governo Lerner (95-2002) estava propondo.

Uma das atividades desenvolvidas pelo CES foi o Projeto de Escolarização para Professores Leigos em nível de 5ª a 8ª séries, tendo continuidade em 1998 com o 2º grau atendendo 125 professores.

Pela Resolução nº. 3120/98 com a publicação no Diário Oficial do Estado no dia 11/09/1998 altera-se a nomenclatura CES para CEAD (Centro de Educação Aberta a Distância).

Desse modo são implantados novos programas pelo Governo do Estado e Secretaria de Estado da Educação (SEED), juntamente com o Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA) em parceria com as Prefeituras Municipais de Laranjeiras do Sul, Virmond, Nova Laranjeiras, Marquinho, Rio Bonito do Iguaçu e Porto Barreiro. O CEAD descentralizou suas atividades ofertando nestes municípios turmas de PACs (Postos Avançados do CEAD) de Ensino Fundamental I e de Ensino Fundamental II. Em 1999 o CEAD em

Laranjeiras do Sul passa a ofertar no município os Exames de Supletivos (Suplência) destinados àquelas pessoas que necessitavam do comprovante de escolarização em nível de conclusão do Ensino Fundamental e/ou Médio.

Somente no ano 2000 através da Resolução nº. 4561/99 DOE de 05/01/2000 foi alterado o nome da Escola de CEAD para CEEBJA (Centro Estadual de Educação para Jovens e Adultos de Laranjeiras do Sul - Ensino Fundamental e Médio).

Em 2001 o CEEBJA ofereceu um Projeto de Profissionalização dos trabalhadores da área de Enfermagem – PROFAE em nível de 5ª a 8ª séries oportunizando a escolarização a profissionais da área da Saúde. A partir de 2003 o contexto estadual o governo é de Roberto Requião.

No ano de 2008 atende 1126 alunos assim distribuídos: Ensino Fundamental Fase II com 410 alunos; Ensino Médio com 342 alunos e Ações Pedagógicas Descentralizadas com 389 alunos (Ensino Fundamental 265 e Ensino Médio 124). Neste ano de 2008 atende também aos municípios de Nova Laranjeiras, Porto Barreiro e Marquinho.

2.1. Importância da Educação de Jovens e Adultos na sociedade capitalista

Diante do aumento pela demanda de Educação de Jovens e Adultos o Brasil, bem como o estado do Paraná; promovem uma série de políticas destinadas ao incentivo da escolarização de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos últimos 30 anos em especial nos anos 90.

Conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná de Jovens e Adultos (2006), ao longo da história do Brasil desde a colonização, se tem a emergência de políticas para jovens e adultos; principalmente focadas em processos de alfabetização.

No artigo “Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil” Di Pierro et al. (1991) evidenciam que, a Educação de Jovens e Adultos, passou a integrar a política educacional brasileira na Constituição de 1934, iniciando de forma concreta como tema de políticas educacionais apenas na Década de 40, através de Programas e Ações Governamentais que, buscavam atender grande parcela da população, até então excluída da escola.

Nesse período podemos citar dentre as políticas e programas implantados o Fundo Nacional do Ensino Primário (1942), Serviço de Educação de Jovens e Adultos (1947), Campanha de Educação Rural (1952), Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958), Ministério da Educação (1964), e Programa Nacional de Educação de Adultos incorporando a metodologia Paulo Freire, desarticulado pelo Regime Militar. Nessa perspectiva, o período é marcado por iniciativas de alfabetização e pós alfabetização que persistem ligadas a igrejas e associações de moradores

apesar do fechamento político.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 5.692/71, se tem um capítulo para o Ensino Supletivo e por meio do Parecer 699/72 do Conselho Nacional de educação (CNE), se regulamentou os cursos supletivos e os exames de certificação. Apesar de a Educação Básica ter passado de quatro para oito anos com Capítulo específico sobre a Educação de Jovens e Adultos, ainda não houve muitos avanços, pois suas funções eram: a) Suplências (reposições de escolaridade); b) Suprimentos (aperfeiçoamento ou atualização); c) Aprendizagem e qualificação (formação para o trabalho e profissionalização).

É importante pontuar que, o aspecto mais importante preconizado pela LDBEN nº. 5.692/71 em relação à Educação de Jovens e Adultos foi a flexibilização que possibilitou a organização do ensino de diferentes formas (cursos supletivos; centros de estudo e ensino a distância) e nos cursos apesar de vigorar a seriação a presença obrigatória e a avaliação processual, ocorre um diferencial que é a aceleração de 50% do tempo previsto para o ensino regular; nos centros de estudos a presença é livre e o material de estudo oferecido era organizado em módulos com avaliação periódica por módulos e disciplinas; a educação a distância feita a priori por TV, é de livre recepção ou organizada em telepostos. Além disso, foram mantidos os exames de suplência (duas vezes ao ano) como mecanismos de certificação, sem exigência de matrícula ou frequência à sala de aula.

Vale lembrar que, a LDBEN nº. 5.692/71 apresentava uma contradição, pois apesar da Educação Básica ser estendida para oito anos, o Governo só era obrigado a oferecer escolaridade dos sete aos quatorze anos, o que mudou apenas pela Constituição de 1988. Esse fato percebe-se claramente, no Paraná nas políticas educacionais do governo Richa (83/86) onde eram cobradas taxas dos alunos com mais de 14 anos.

Estudos realizados por Siqueira, Freitas & Haddad (1988), comprovam que nesse período o Ensino Supletivo já era realidade em todo o Brasil, apesar de não atender a demanda existente devido a dificuldades (políticas, administrativas, financeiras e pedagógicas), o que levou ao predomínio da modalidade não presencial, cujo custo era mais baixo, no entanto menos eficaz.

Desse modo, apesar da contradição entre a Suplência I (séries iniciais) apresentava identidade pedagógica; e Suplência II (séries finais) reproduzia a individualização; essa falta de identidade deve-se principalmente a mudança operada em relação à clientela que em décadas anteriores compunha-se em sua maioria, por pessoas mais velhas, de origem rural e que dia a dia se tornam mais jovens e oriundas da cidade, devido em parte à deficiência do sistema escolar e as pressões do mundo do

trabalho, que transformou o Ensino Supletivo num mecanismo de “aceleração de estudos” para jovens com baixo desempenho escolar.

No entanto, as mudanças na estrutura se deram por vários motivos: alguns alunos já ingressam na escola na idade adulta; adolescentes ou adultos ingressam na escola e depois abandonam devido ao trabalho ou mudança; adolescentes e adultos cursaram recentemente a escola regular, porém com grande defasagem idade - série.

Os dados sobre a defasagem entre idade e a série, no ensino regular, pela sua magnitude, apontam nessa direção: em 1996, a Contagem da População (IBGE, 1997) constatava a existência de 5,3 milhões de pessoas de 15 a 19 anos frequentando a escola em situação de defasagem de ano ou mais. O índice de defasagem aumenta progressivamente com a idade, chegando próximo de 90% entre jovens de 18 anos. A entrada precoce dos adolescentes das camadas mais pobres no mercado de trabalho formal ou informal provocou a sua transferência para os programas de educação originalmente destinados a população adulta. (DI PIERRO et al. 2001, 64).

Apesar da demanda por essa modalidade de ensino exigir um aumento de oferta isso não ocorreu o que exige uma reflexão sobre a enorme injustiça social relativa a essa clientela. Uma vez que, ao analisar a década de 90, a situação se mostra ainda mais grave ante a constatação de que entre os brasileiros, um contingente de mais de 70 milhões de brasileiros com mais de 15 anos não completaram o Ensino Fundamental.

Assim, ao analisar as Políticas Educacionais que levaram o país a não alfabetizar nem 1% da população entre 95 e 98, conclui-se que, após a extinção da Fundação Educar durante o Governo Collor, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania dirigido a crianças, jovens e adultos e que deveria envolver tanto órgãos governamentais e não governamentais, para controlar a destinação dos recursos, coisa que não aconteceu. Isso pode ser observado levando em consideração as políticas paranaenses implementadas pelos governos de Lerner (95 a 2002) durante seu primeiro e segundo mandato; onde houve a reestruturação do ensino médio e profissional (PROEM).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, em seu texto apresentou a concepção de Ensino Supletivo como mecanismo de aceleração do ensino regular ao enfatizar, os exames e diminuir a idade para ingresso, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, em três anos como forma de corrigir o fluxo. Assim essa descaracterização da Educação de Jovens e Adultos ocorreu a nível nacional.

Nesse sentido, o documento da Emenda Constitucional (1996) somou-se a Política

Educacional uma vez que; retirou a obrigatoriedade do Ensino Fundamental para Jovens e Adultos, mantendo apenas a garantia de oferta gratuita o que retira sua obrigação de mobilidade ou convocar a clientela para tal, excluindo também do FUNDEF a obrigação de repassar recursos para o Ensino Supletivo.

Manteve a ênfase nos exames e, ao rebaixar a idade mínima para o acesso a essa forma de certificação de 18 para 15 anos no ensino fundamental e de 21 para 18 no ensino médio, sinalizando para as instâncias normativas estaduais e identificação cada vez maior entre o ensino supletivo e os mecanismos de aceleração do ensino regular, medida cada vez mais aplicada nos estados e municípios, visando à correção do fluxo no sistema. (DI PIERRO et al. 2001, 67).

A década de 90 foi marcada por várias políticas educacionais entre elas a mais importante a Conferência Mundial de Educação para Todos – Tailândia (1990) sinalizando para grandes mudanças em relação à Educação para Jovens, mas o documento permitia diversas interpretações sendo que, se deu prioridade a Educação Básica como a Educação Primária, privilegiando as crianças e desvalorizando assim a Educação de Adultos.

É importante que a EJA retome o conceito de educação proposto no livro Sete lições sobre educação de adultos, assim, entendemos o balanço da década da “Educação para Todos” feito por Rosa Maria Torres (1999), para analisar as políticas implementadas, uma vez que expressam um estreitamento do conceito de educação básica proposto no documento (...) esse estreitamento já podia se antevisto na lista de indicadores selecionados para avaliar a década: os referidos à educação de jovens e adultos continuaram centrados na alfabetização inicial e não na educação básica em seu sentido amplo.

A educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses (VIEIRA PINTO, 2005, 29).

Diante disso, avaliamos que a geração do grande contingente de analfabetos funcionais conforme Haddad & Di Pierro (1999) são resultantes da deficiência dos sistemas de ensino, da restrição dos direitos legais, da insuficiência da cobertura dos serviços frente à demanda, dos limites de financiamento e da omissão do Governo nas diferentes esferas.

Segundo as Diretrizes da EJA (2006), os cursos da EJA no Estado do Paraná, a partir de 2005, apresentam um novo olhar para esta modalidade. Considerando isso, conclui-se a premente necessidade de consolidar não apenas a

alfabetização funcional dos indivíduos Para isso, é necessário superar a idéia de que a idade adequada para aprender é a infância; que a função exclusiva de educação de adultos é repor a escolaridade perdida na infância; e que tem a função de responder as múltiplas necessidades do indivíduo em todas as idades sendo que, para isso as Políticas Educacionais devem ser abrangentes, diversificadas e flexíveis.

A educação passa a ocupar cada vez mais espaço na vida dos indivíduos, não só na das crianças, mas também na dos adultos. (...) Tais associações vão se rompendo à medida que o mercado de trabalho passa a exigir atualização permanente dos conhecimentos, que a expectativa de vida das pessoas e que a terceira idade passa a ter um peso crescente no perfil demográfico e na economia dos países. (Haddad, 2001, 192).

Nesta perspectiva, durante os últimos anos as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais operadas no cenário mundial, fazendo com que o debate pedagógico voltasse a valorizar a educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores** /elaboração: João Antônio Cabral de Montevade. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005.
- COTRIN, G. **Educação para uma escola democrática: história e filosofia da educação**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.
- DI PIERRO, M. C. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005
- Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- DI PIERRO, M. C.; JOIA, O; RIBEIRO, V. M. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. In: Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, nov/2001, p. 58-77
- FLEURI, R.M. **Educar para quê?** Contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola. 6. ed. Uberlândia: Cortez, 1992.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade de escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 3. ed. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. – (Coleção Educação Contemporânea)
- HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. In: Revista Brasileira de Educação. Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, Brasil. p. 108-130.
- KUENZER, A. Z. (Org.) **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2005.
- PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. Introdução e entrevista de Dermeval Saviani e Betty Antunes de Oliveira: versão final revista pelo autor – 14 ed. – São Paulo. Cortez, 2005.
- RIBEIRO, V. M. (Org.) **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Ação Educativa 2001. (Coleção Leituras no Brasil), p. 191 – 221.
- SAVIANI, D. **Sobre a natureza especificidade da educação**. In: Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1997, p. 15-28. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo